UNIVERSIDADE XXXX XXXXXXXXXXXX

CAMPUS [XXXXXXX] ou CENTRO [XXXXXXXX]

DEPARTAMENTO [XXXXXXXX]

CURSO [XXXXXXXX]

NOME COMPLETO DO AUTOR

**TÍTULO**

Subtítulo (se houver)

[Cidade da defesa]

[Ano da entrega]

NOME COMPLETO DO AUTOR

**TÍTULO:**

Subtítulo (se houver)

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em... do Centro de .... da Universidade XXXXXXX como requisito para a obtenção do Título de Bacharel/Licenciado em ...

Orientador: Prof. Dr.

Coorientador (se houver): Prof. Dr.

[Cidade da defesa]

[Ano da entrega]

Ficha de identificação da obra

|  |
| --- |
|  |
| A ficha de identificação geralmente é elaborada pela biblioteca da Instituição de Ensino. |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

NOME COMPLETO DO AUTOR

**TÍTULO:**

Subtítulo (se houver)

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “....” e aprovado em sua forma final pelo Curso ...

Local, xx de xxxx de xxxx.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. xxx, Dr.

Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof.ª xxxx, Dra.

Orientadora

Universidade xxxx

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof.ª xxxx, Dra.

Coorientadora

Universidade xxxx

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. xxxx, Dr.

Universidade xxxxxx

Este trabalho é dedicado aos meus colegas de classe e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Inserir os agradecimentos aos colaboradores à execução do trabalho.

Exemplo:

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Aos meus pais \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

À minha esposa/marido/namorada/namorado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ pela compreensão e paciência demonstrada durante o período do projeto.

Agradeço ao meu orientador \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

Também agradeço a meu amigo/amigos \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ que sempre me ajudou com sua vasta experiência desde o início deste projeto de pesquisa.

A todos os meus professores do curso de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ da Universidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Aos funcionários da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ que colaboraram para realização dessa pesquisa.

À todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho.

Texto da Epígrafe. Citação relativa ao tema do trabalho. É opcional. Deve ser elaborada de acordo com a NBR 10520. (SOBRENOME do autor da epígrafe, ano)

RESUMO

No resumo são ressaltados o objetivo da pesquisa, o método utilizado, as discussões e os resultados com destaque apenas para os pontos principais. O resumo deve ser significativo, composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas, e não de uma enumeração de tópicos. Não deve conter citações. Deve usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. O texto do resumo deve ser digitado, em um único bloco, sem espaço de parágrafo. O espaçamento entre linhas é simples e o tamanho da fonte é 12. Abaixo do resumo, informar as palavras-chave (palavras ou expressões significativas retiradas do texto) ou, termos retirados de thesaurus da área. Deve conter de 150 a 500 palavras. O resumo é elaborado de acordo com a NBR 6028.

**Palavras-chave:** Palavra-chave 1. Palavra-chave 2. Palavra-chave 3.

ABSTRACT

Resumo traduzido para outros idiomas, neste caso, inglês. Segue o formato do resumo feito na língua vernácula. As palavras-chave traduzidas, versão em língua estrangeira, são colocadas abaixo do texto precedidas pela expressão “Keywords”, separadas por ponto.

**Keywords:** Keyword 1. Keyword 2. Keyword 3.

LISTA DE FIGURAS

[Figura 1 – Elementos do trabalho acadêmico[Erro: Origem da referência não encontrada](#_Toc449547046)](#_Toc449547046)LISTA DE QUADROS

[Quadro 1 – Formatação do texto[Erro: Origem da referência não encontrada](#_Toc447824501)](#_Toc447824501)LISTA DE TABELAS

[Tabela 1 – Médias concentrações urbanas 2010-2011 35](#Tabela!0|sequence)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE SÍMBOLOS

 Yin Yang



 Estrela de Davi em círculo

SUMÁRIO

[1 **INTRODUÇÃO** 15](#_Toc52266781)

[2 **DESENVOLVIMENTO** 17](#_Toc52266786)

2.1 Violência Psicológica contra a Mulher [17](#_Toc52266787)

2.1.1 Sujeitos deste tipo penal [18](#_Toc52266788)

 2.1.2 Rol exemplificativo [18](#_Toc52266788)

[**3 METODOLOGIA 21**](#_Toc52266789)

[**4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 22**](#_Toc52266790)

[**5 SEÇÃO 23**](#_Toc52266791)

[**6 CONCLUSÃO 24**](#_Toc52266792)

# Introdução

A figura do crime de violência psicológica contra a mulher foi recentemente incluída no código penal brasileiro com previsão em seu artigo 147-B, essa inclusão se deu por meio da Lei 14.132/2021 a fim de preencher uma lacuna anterior existente, considerando que já haviam decisões nesse sentido, entretanto não havia um tipo penal especifico, se aplicando outros tipos que se equiparavam, como exemplo o crime de constrangimento ilegal ou a ameaça.

Quando se analisa os tipos penais que preveem violências praticadas contra a mulher, logo relacionamos a Lei Maria da Penha e a sua proteção especial, ocorre que esse novo tipo penal se deu fora desta lei, sendo incluído diretamente no código penal, nos levando a compreender que o legislador trouxe a possibilidade de aplicação desta figura do crime de violência psicológica contra a mulher fora do âmbito da Lei Maria da Penha.

Sendo assim, visando abordar esta possibilidade, esse trabalho se justifica pela necessidade de realizar a diferenciação e a analisar a sua aplicabilidade.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar a aplicabilidade do novo tipo penal fora do âmbito da lei maria da penha, de forma mais específica, buscou-se, realizar a diferenciação da aplicabilidade dentro e fora da lei maria da penha. A metodologia utilizada compreendeu uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, a partir de uma revisão bibliográfica, apresentando uma visão geral sobre os aspectos gerais do novo tipo penal.

Esta monografia está estruturada em três capítulos, em que o primeiro relata a importância da busca pelo combate de violencias praticadas contra a mulher; a aplicação do tipo penal fora do ambito da lei maria da penha; as diferenças da aplicabilidade nestes contextos, como também a importância do recurso metodológico no aprendizado infantil; e a definição de ludicidade. O segundo capítulo aborda a compreensão sobre o aprendizado na infância; o jogo como facilitador da aprendizagem; a utilização do lúdico para o desenvolvimento das práticas educativas; e os jogos e brincadeiras no ensino e aprendizagem. E, no capítulo três trata-se da análise dos dados obtidos na pesquisa realizada em um Centro Educacional Infantil no município de Itaituba- Pará., a caracterização ada escola, os perfis dos entrevistados, aos procedimentos metodológicos, a conclusão e referenciais bibliográficos.

#  DESENVOLVIMENTO

Violência contra a mulher

Considerações iniciais

As mulheres ao longo do tempo lutam incansavelmente pela garantia de seus direitos, a fim de se obter respeito e igualdade, desde o mercado de trabalho até mesmo nas relações cotidianas. Felizmente, mesmo que aos poucos, esses direitos estão sendo conquistados, e no contexto de proteção jurídica não é diferente. Cada vez mais se buscam meios de encerrar esses ciclos de violência contra a mulher,

Para isso o legislador trouxe dispositivos indispensáveis nessa luta, o principal é a Lei Maria da Penha, que não só asseverou os tipos penais já existentes, quando ocorridos no contexto doméstico e familiar, mas também trouxe medidas protetivas especiais as mulheres.

Nesse sentido, não foi diferente quando através da Lei 14.132/2021 foi inserido no Código Penal o artigo 147-B que trouxe a figura do crime de violência psicológica contra a mulher, o legislador garantiu a proteção não somente para as mulheres no contexto doméstico e familiar, mas também aquelas que estão de fora deste contexto, mesmo que de forma menos severa.

Sabemos da importância de se defender os direitos das mulheres, que ainda estão em situação de vulnerabilidade, pois ainda são invalidadas em suas necessidades e colocadas em situação de inferioridade, influenciando no entendimento de que essas violências são naturais.

De que forma a lei maria da penha aplica a proteção especial

Diferente do que erroneamente o senso comum imagina, a Lei Maria da Penha não criou tipos penais capazes de punir agressores de mulheres, mas sim torna as previsões do codigo penal mais duras quando for praticada no ambiente familiar e doméstico contra a mulher, com medidas mais severas e cuidados especiais a mulher, compreendendo que enquanto vitima a mulher está em posição de indefesa.

Violência Psicológica contra a Mulher

A busca pelo combate a violência contra a mulher vem se intensificando ao longo dos anos, o legislador vem criando meios de diminuir as estatisticas que ainda são tristes

O artigo 147-B do Código Penal, incluído pela lei 14.132/2021, prevê como crime:

“Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação: (Incluído pela Lei nº 14.188, de 2021)

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave.“

Retrata na primeira parte o resultado, na segunda parte a conduta em rol exemplificativo, conclui com a pena e finaliza tornando o tipo subsidiário, como aprofundaremos a seguir.

Sujeitos deste tipo penal

Trata-se de crime comum quanto ao seu sujeito ativo, ou seja, podendo ser praticado por qualquer pessoa sem necessidade de qualquer qualidade especial.

Quanto ao sujeito passivo tem natureza de crime próprio, já que o legislador especificou a qualidade da vítima, sendo necessariamente mulher, sem prejuízo de figurar a mulher transexual como vítima deste delito.

Rol exemplificativo

Como vimos, o artigo 147-B elenca diversas condutas capazes de atingir o resultado em “causar dano emocional à mulher que prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões” mediante: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir r ao final complementa com:

“Art. 147-B, […] ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação”

O que torna apenas exemplificativo o rol de condutas. Qualquer conduta capaz de atingir o resultado, desde que preencha os demais requisitos, poderá ser considerada violência psicológica contra a mulher.

Subsidiariedade

Outra característica importante desta figura é a sua subsidiariedade, como podemos ver, ao final, o legislador prevê sua aplicação apenas “[…] se a conduta não constitui crime mais grave”, ou seja, preenchendo os requisitos de um crime mais gravoso, não se aplicará este artigo, e ao mesmo tempo, preenchendo os requisitos de um crime mais leve, não se aplicará este artigo.

Nexo causal: conduta e resultado

Uma das maiores dificuldades deste crime é a sua identificação, considerando que sua percepção não se dá como os outros tipos de violência, que deixam rastros visíveis, mas é necessário a identificação do dano como resultado produzido pela conduta do agente.

Ocorre que o dano psicológico não aponta facilmente a sua causa, ou seja, se existem outras causas capazes de ter levado ao resultado, o agente diante da duvida poderá até mesmo ser inocentado.

Meios de obtenção de provas

Exames psicológicos, testemunhas

De que forma seria possível a aplicação deste tipo fora do âmbito da lei maria da penha

 Considerando que a previsão legal está fora da lei maria da penha e diretamente no código penal, podemos entender que se não preencher os requisitos da proteção proposta pela Lei Maria da Penha, este tipo penal seguira os termos do código penal, ou seja, se a violência psicológica ocorrer em um ambiente que não seja considerado familiar ou doméstico, ou se ainda que fora, não preencher os requisitos de equiparados a familiar e doméstico, ele seguira como um crime fora dos parâmetros da lei maria da penha

Para o agressor, se cometido fora desse parâmetro a lei será mais benéfica do que se aplicaria caso dentro do âmbito da lei maria da penha

2.4 Quais as diferenças de aplicação dentro e fora deste âmbito

As principais diferenças no momento de aplicar o tipo penal são a possibilidade de aplicação do beneficio despenalizadores, a gravidade maior quando aplicada ca lei maria da penha e passibilidade de ser processado e julgado em juizado especial

2.4.1. Benefícios despenalizadores

2.4.2. LMP

2.4.3. Juizados

# 3 CONCLUSÃO

As conclusões devem responder às questões da pesquisa, em relação aos objetivos e às hipóteses. Devem ser breves, podendo apresentar recomendações e sugestões para trabalhos futuros.

###### REFERÊNCIAS

Valéria Diez Scarance Fernandes, Thiago Pierobom de Ávila e Rogério Sanches Cunha. **Violência psicológica contra a mulher: comentários à Lei n. 14.188/2021**. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2021/07/29/comentarios-lei-n-14-1882021> Acesso em: 11 abr. 2013.

###### APÊNDICE A – Descrição

Textos elaborados pelo autor, a fim de completar a sua argumentação. Deve ser precedido da palavra APÊNDICE, identificada por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas quando esgotadas as letras do alfabeto.

Planilha 1 – Modelo A

|  |  |
| --- | --- |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |
| xxxx | yyyyyyyyyyyyyyy |
|  | ttttttttttttttttt |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |
| ttttttttttttt |  |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |
|  | gggggggggggggggggg |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |
| rrrrrrrrrrrrrrrrr | eeeeeeeeeeeeeeeee |

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

###### ANEXO A – Descrição

São documentos não elaborados pelo autor que servem como fundamentação (mapas, leis, estatutos). Deve ser precedido da palavra ANEXO, identificada por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas quando esgotadas as letras do alfabeto.